

Brasil: Índia Occidental

Q

Quando, em 1492, Colombo chegou à América, navegando ao Ocidente, supôs ter-se antecipado ao propósito do rei de Portugal. Vangloriava-se Colombo de ter alcançado as Índias, apesar da descrença régia. Ciente de que as Índias que buscava e das quais esperava obter as especiarias almeçadas estavam em outra parte, D. João II não modificou seus planos. Como resultado, em 1498, navegando ao Oriente, Vasco da Gama chegou às Índias pretendidas. Desde então as Índias são mais de uma, são plurais.

As denominações encontradas pelos reis de Portugal e de Castela para, de algum modo, distinguir e, sobretudo, manter identificadas as ditas terras



ADMA MUHANA
é professora do
Departamento de Teoria
Literária da Unicamp e
autora de, entre outros,
*Os Autos do Processo de
Vieira na Inquisição*
(Unesp/Fundação Cultural
do Estado da Bahia) e
*Poesia e Pintura, ou
Pintura e Poesia* (Edusp).



e ilhas achadas foram Índias “Orientais” e “Ocidentais” (1). Com a permanência dessa designação, reis e conquistadores ibéricos resistiram a constituir para aquelas terras e ilhas uma identidade diversa da de “Índias”. Com nuances várias, isso é indiscutível mesmo em 1685, quando, escrevendo da Bahia, o padre Antônio Vieira refere-se a Goa, Angola e Brasil como “este outro mundo”, antitético frente à metrópole europeia (2).

Desde a descoberta do caminho marítimo para o Oriente até o fim do século XVIII, pelo menos, as Índias Orientais abrangeram toda a África a leste (Moçambique, Madagascar, Tanzânia, Quênia, Somália e Etiópia atuais), Índia, Ceilão, Birmânia, Tailândia, Malásia, Sumatra, Java, Filipinas, Indonésia, China e Japão; as Índias Ocidentais, por sua vez, abrangeram México, Cuba, Guatemala, Honduras, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Paraguai, Argentina e Brasil. Entre ambas, se assim podemos dizer, as terras da África subsaariana, indispensáveis para a ocupação efetiva das Índias do Ocidente: Senegal, Guiné, Serra Leoa, Costa da Mina, Congo e Angola. Esta, a “África” propriamente dita na denominação coeva, compunha com as Índias Ocidentais uma unidade complemen-

1 Garcia d'Orta, morador de Goa, julgava inadequação e vanglória se chamar Índias às ocidentais, requerendo infortunadamente que se atribuisse o nome antigo apenas a “esta nossa Índia [...] chamada asi no tempo de Alexandre” [*Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Lisboa, IN-CM, 1987, v. II, p. 107].

2 Carta ao Conde de Castanheira, in A. Vieira, *Cartas*, coord. e anot. por J. L. de Azevedo, Lisboa, IN-CM, 1997, t. III, p. 535: “Nas novas desse mundo se remete V. Sa. às gazetas do padre [...]. As deste outro mundo não são boas. Goa, defendida por milagre, ficava ainda no mesmo perigo. Angola ardendo em peste de beixiga e quase despovoada. Esta costa novamente infestada de corsários [...], e na terra muitas doenças com frequentes e arrebatadas mortes: tudo lastimas e desenganos”.

tar (3); do mesmo modo, aliás, como a África Oriental, unitária com a Índia em termos econômicos, antropológicos, religiosos, etc. As especificidades – econômicas, missionárias, administrativas, simbólicas – que se houverem de reconhecer na conquista e na ocupação de ambas as Índias serão devidas, portanto, não a características singulares de qualquer um dos dois países ibéricos, cuja *episteme* comum só é distinta para cada um deles e seus colonizados, mas serão devidas às características dos diferentes índios ou pretos (4) que previamente as ocupam e que deles exigem procedimentos diferenciados. Se suas especificidades não se mostram à plena luz é porque a administração de ambos os governos metropolitanos ibéricos tem como uma de suas funções primordiais, precisamente, provocar o achatamento das singularidades localizadas nessas partidas do mundo. Refiro-me, entre outras coisas, às instituições de governo, incluindo as religiosas sob a égide do Padroado, as educativas, as tecnológicas.

A tudo há de se ter em conta o papel central da Igreja militante na constituição das redes de comércio e de relações entre os bárbaros e os conquistadores ibéricos. Muito se tem escrito sobre essa matéria, defendendo-se ou refutando-se a arrogância pedestre da colonização portuguesa face às civilizações com que manteve contato. Hoje não é preciso perder tempo em sustentar que essa arrogância não é nem menor, nem maior, nem sequer distinta da dos outros povos da Europa, nem, finalmente, que fosse tão pedestre a ponto de obstar que pensadores se dedicassem a entender essas novas gentes – de feições e costumes tão diversos como os japões e os chinas, os índios e os cafres, os cafres e os americanos. Sobretudo porque, enquanto os habitantes da Ásia e da África eram há muito conhecidos dos europeus – fosse por relatos fantasiosos, fosse por produtos mais fantasiosos ainda –, os do Novo Mundo eram novidade, embora de modo algum novos, num mundo que foi, de uma só vez, criado por Deus. O seu aparecimento, nesse momento da história da humanidade,

1.500 anos depois do nascimento de Cristo, mereceu tentativas de explicações por parte dos letrados, mesmo daqueles em cisão com a Igreja católica.

Esta, porém, imperava. Desde 1452, com o breve *Dum Diversas* de Nicolau V, até o breve *Praecelsae Devotionis*, de Leão X, em 1514, o Papado outorgou a jurisdição espiritual sobre as terras, ilhas e lugares descobertos pelos portugueses, ou que viessem a sê-lo, a Portugal. Na esfera desse chamado Padroado – que em finais do século XVI estendia-se orientalmente do Brasil ao Japão – era permitido ao monarca erigir igrejas, mosteiros, conventos e catedrais; apresentar à Santa Sé a lista dos candidatos para os arcebispados, bispados e abadias; administrar jurisdições e receitas eclesiásticas, e rejeitar as bulas e breves papais que não fossem primeiro aprovados pela chancelaria da Coroa (5). E o mesmo valia para a coroa castelhana, do México às Filipinas, ocidentalmente. Na prática, isso queria dizer que nenhum bispo podia ser nomeado para uma sé, nem nenhuma podia ser criada sem autorização do respectivo rei, o qual podia dar ordens ao clero do ultramar sem consultar Roma, como se todo ele fosse um mero órgão da administração real.

Para o bem e para o mal, essa indissociável relação entre o clero e a realeza, ou o Estado como corpo místico, molda a expansão e a fixação portuguesa e espanhola nos lugares do mundo. Como decorrências, a proibição eclesiástica à escravização dos ameríndios, mas não à dos negros; a intervenção do clero no comércio e na rede administrativa intercolonial; a internacionalização da fé, sob a égide da Europa, mas também a perfeita insubordinação dos agentes dessa “fé” às coroas menos fiéis.

Como disse, as únicas diferenças incontornáveis relativamente às ocupações efetuadas por ambas as coroas devem-se a características dos povos encontrados nessas vastas regiões que iam do Japão... ao Japão. Pois, enquanto as Índias Orientais, com suas populações detentoras de meios de defesa eficazes (a pólvora, não esqueçamos, do mesmo modo como a imprensa foram invenções chinesas), impediram que

3 Ver o excelente estudo de L. F. de Alencastro, *O Trato dos Virventes* (São Paulo, Companhia das Letras, 2002), em que o autor demonstra a preponderância da relação dual Brasil-África ao esquema triangular encimado por Portugal.

4 Termos sinônimos na generalidade dos documentos da época, independentemente de designarem africanos, indianos ou ameríndios.

5 C. R. Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 100.

os reis católicos de ambos os países promovessem mais do que um comércio circunscrito a feitorias e fortalezas, mantido isolado do conjunto das populações por um número seletivo de indivíduos que contactavam os europeus, as Índias Ocidentais e parte da África, com suas populações indefesas às armas de fogo e a diversas doenças, e os seus sistemas econômicos baseados em grande parte na extração, permitiram que os portugueses e espanhóis se espalhassem rápida e profundamente em suas terras. A resistência, nesses casos, deu-se de outra forma, que “passiva” não significa bem.

Vale a pena recordar que a população portuguesa, em 1520, não ultrapassava 1 milhão e 400 mil pessoas, sendo a população masculina ativa bem menos da metade disso (6). A transmigração dos negros africanos para a América resolvia, de uma vez, tanto o problema da mão-de-obra na América Portuguesa, como o da permanência e expansão da ocupação de grandes áreas da África – uma vez que, como ocorria nas Índias Orientais, a resistência de seus habitantes impedia a penetração dos portugueses além do litoral. Com isso, também os obrigavam a manter fortalezas e feitorias para a compra e troca de produtos, só dificilmente permitindo-lhes erigir cidades. A resistência, e não a servilidade, fez dos “cafres” o principal produto africano de exportação, além do ouro e do marfim.

Por algum tempo andou difundida a idéia, revestida de argumento científico, de que os ameríndios do Brasil, por estarem num nível “anterior” de civilização (idade da pedra polida, acho), não suportavam o trabalho agrícola e escravo que os colonos exigiam deles, revoltando-se e morrendo antes de se vergarem ao chicote; os negros africanos, por sua vez, por estarem num nível de civilização algo “superior” (pastoril), suportavam a servidão, afeiçoando-se inclusive ao seu amo e senhor. Desse modo, sob a alegação de uma superioridade do estágio civilizacional dos cafres (com o que se podia rechaçar a pecha de preconceito), historiadores brasileiros justificaram o fato de os negros terem sido servos trabalhadores, e os índios, livres antropófagos. Não

preciso me demorar demonstrando que esse lugar-comum retoma, reitera e reforça, laicamente, aquele dos padres quinhentistas os quais, ao justificar a escravidão africana, afirmam que os negros na África eram essencialmente escravos, como punição imposta por Deus a Caim, seu ancestral, enquanto os indígenas das novas terras descobertas, também por providência divina, haviam nascido livres (o que não impedia que, livremente, servissem àqueles a quem reconheciam como senhores). A recusa em aceitar os africanos como formadores da nacionalidade e, ao mesmo tempo, a glorificação européia, romântica, do ameríndio como ancestral do “brasileiro” (7) deram origem a essas falácias. Lembre-se a mortandade generalizada tanto de índios, por doenças, como de negros, por *banzo* – tristeza que acometia os que eram transportados para as Américas –, para evidenciar que uns e outros sofreram igualmente a violência da imposição que lhes foi feita, sem detrimento da “coragem”, “selvageria”, ou “docilidade” que qualquer deles demonstrasse. Ou, ainda, a incessante e ostensiva resistência dos negros à escravidão, mediante fugas e constituição de quilombos, nos engenhos, e revoltas, nas cidades; ou, finalmente, a prática da escravidão indígena sempre que o mercado negreiro mostrou-se menos lucrativo, em particular no Norte e no Sul do país (8). Nessas regiões, os conquistadores chegaram depois de, na costa oriental do Brasil, os ameríndios estarem quase extintos e o comércio negreiro ser o motor da economia; aí, os missionários puderam atuar de modo mais amplo, regulamentando a escravização indígena de modo que ela fosse menos devastadora. Esse mecanismo propiciou que não se tornasse necessário nem, sobretudo, econômico o recebimento dos negros transportados da África, substituindo-os por uma escravidão indígena “sustentável”, se assim a quisermos chamar. Para além do que isso signifique em termos econômicos e sociais, significa que a escravidão e o mercado escravista se diferenciaram conforme os produtos disponíveis.

Note-se que o desenvolvimento agrícola

6 Cf. C. R. Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 67.

7 Como bem notou Alencastro [op. cit., p. 28], “brasílico” é o adjetivo mais adequado para designar a sociedade da América Portuguesa até meados do século XVIII: “brasiliense” referindo-se sobretudo aos índios e “brasileiro”, aos cortadores de pau-brasil.

8 Por necessidade de restringir as questões, tomo como individualizado o conjunto de territórios que, no século XVII, era formado por três regiões diferenciadas em termos físicos, humanos e administrativos: o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em S. Luís; o Estado do Brasil, cuja sede era Salvador; e a Repartição do Sul, que tinha o Rio de Janeiro por capital. Devido a diversos e ainda mal explicados fatores, essas regiões não constituíram países distintos, à semelhança do que aconteceu na América espanhola, mas se aglutinaram ao longo do século XVIII, originando a província chamada Brasil.

la das terras brasileiras era importante para a Coroa por dois motivos: para a manutenção de suas capitanias e para, por meio delas, desenvolver o mercado africano. Não pensemos como padres portugueses do Quinhentos: a África importava a Lisboa tanto pelo Brasil como pela África. Por isso, o interesse da metrópole em desenvolver o trato negreiro não se restringia à necessidade de adquirir mão-de-obra indisponível para a lavoura e a extração aurífera das Índias Ocidentais, mas visava a maximizar a ocupação e a exploração das conquistas africanas. Ali havia marfim e jazidas de cobre, ferro e ouro, e, tanto em sua costa leste como na costa oeste, a África dispunha de portos de escala para a carreira das Índias: sem Moçambique, de um lado, e Angola, de outro, seria inviável a navegação de ou para a “Goa Dourada”, a “Roma do Oriente”, com suas especiarias arrebanhadas desde o Japão, a China e a Indonésia. A África importa tanto que, no ano de 1648, sob a ameaça de perda da Bahia e de Angola para os holandeses, o Conselho de Estado de D. João IV, ciente de que, sem Angola, todo o Brasil se perderia, resolve auxiliá-la primeiro (9). Vieira não se cansa de avisar: “o Brasil tem o corpo na América e a alma na África” (10). “Alma” presente na língua, em que se tem verificado fortes analogias entre o português de Angola e o do Brasil, quer em termos semânticos e morfológicos, quer em termos sintáticos (11).

Assim, no século XVII, e ainda mais tarde, o comércio ultramarino português, apesar de composto por três áreas definidas – Ásia, África e América –, atua como um corpo coordenado, em que cada parte é basilar para a conservação do todo (12). As trocas entre os três territórios se dão mediante os mais diversos produtos e em graus variados, embora sua frequência e regularidade sejam tais que lhes retiram todo caráter circunstancial (13). Porém, se as trocas intercoloniais Brasil-África têm merecido estudos consistentes, embora raros e necessitando ser melhor incorporados aos estudos historiográficos, as trocas entre as Índias Orientais e Ocidentais – especificamente, entre os portos do Brasil, Goa e

Macau –, por se manterem numa constante ilegalidade, produzida mediante sucessivas leis proibitivas (14), requerem investigações que esclareçam sua dimensão. Isso não significa que esse mercado seja desconhecido, e sim que as demonstrações têm sido escassas, prejudicando sua correta avaliação. Para ilustrar, cito um discurso apresentado em 1927 por Pedro Calmon ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia:

“As náus da Índia, de volta de Macau e Gôa, é que enchiam a Bahia de colchas de preciosa tela, tapeçaria da Persia e louça chinesa. A bordo dos barcos vendiam os tripulantes, por preços ínfimos, esses pequenos tesouros do oriente, que não havia marinheiro que não carregasse de Ormuz e Calicut, adquiridos ninguém sabe como. [...] Graças á humildade dos preços é que toda a gente, ali, se cobria com as colchas indianas, que também serviam, nos dias festivos, assim no de Corpus Christi como no da Senhora da Conceição, para engalanarem as janellas, derramadas para fóra, a revestirem as paredes negras” (15).

Sugestivo, o autor não fornece porém atestações com as quais se possam avançar os estudos. Do meu conhecimento, apenas José Roberto Amaral Lapa forneceu a importância devida às relações comerciais entre ambas as Índias, demonstrando-as de modo sistemático (16). Com base nos mapas de cargas dos navios, Lapa comprova que mercadorias vindas diretamente do Oriente tinham entrada no Brasil, sobretudo pelo porto de Salvador: drogas, especiarias, tecidos, porcelanas, móveis, adornos, utensílios domésticos, pedras preciosas, frutas, manufaturas diversas. Embora incompletos, os dados desse comércio surpreendem pelo vulto: as mercadorias orientais correspondem a um terço das que chegam ao Rio e Pernambuco, e bem mais que a metade na Bahia. Citando estatísticas que mostram ter sido comum o uso dos produtos orientais em todo o Brasil colônia, conclui que, devido à sua variedade, quantidade e qualidade, “os produtos importa-

9 Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.

10 “Um Fragmento Inédito da História do Futuro”, in *Estudos Portugueses e Africanos* – EPA, n. 14, jul.-dez./1989, Campinas, p. 17.

11 Se essas semelhanças se devem a uma origem comum, ou ao retorno do Brasil para Angola de algumas construções e léxico, é discutível; não, porém, que tal vocabulário e sintaxe constituem marcas diferenciais em relação ao português europeu. Ver P. Teyssier, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1984, p.97.

12 Cf. a carta de Vieira ao Marquês das Minas, de 1692, em que dá novas de Angola, de onde veio nau trazendo o bispo D. João Franco de Oliveira, nomeado arcebispo da Bahia, e o ex-governador D. João de Lencastre, governador do Brasil a partir de 1694, bem como outra nau, vinda da Índia, fundeadas em Salvador. Detentor de anterioridade no recebimento das informações do ultramar, Vieira assim inicia sua carta: “Pelos notícias que V. Exa. me dá da nossa e alheia Europa, darei a V. Exa. as de África, Ásia e América”; em seguida, garante ao correspondente que o novo vice-rei enviado de Portugal à Índia, o Conde de Vila Verde, ia com saúde na altura da linha, e que a Índia “ficava em paz”.

13 Cf. J. R. A. Lapa, *O Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 67.

14 *Idem*, *A Bahia e a Carreira da Índia*, São Paulo/Campinas, Hucitec/Ed. Unicamp, 2000, p. 8 e passim.

15 “Gente da Bahia no Século XVII”, in *Museu de Arte da Bahia*, Catálogo da exposição *Vieira e a Bahia do Seu Tempo (1608-1697)*, Salvador, 1997, pp. 13-4.

16 Em sua tese *A Bahia e a Carreira da Índia*, defendida em 1966, e em *O Antigo Sistema Colonial*, de 1982, já citados.

dos no Brasil provenientes da África e do Oriente não deviam se restringir apenas à camada social superior dos colonos, havendo de atingir camadas da população bem mais amplas” (17).

Com base nesses pressupostos gostaria de apontar alguns dados que evidenciam estreita relação entre elementos asiáticos e brasílicos, mesmo que sua insuficiência não nos permita afirmar que tal relação se deva a um contato direto, sem intermediação de Lisboa, centro triador e redistribuidor dos produtos de ambas as Índias. De todo modo, se aferições desse contato importam em termos históricos e sociológicos, esclarecendo relações culturais doutra maneira invisíveis – com o que se restabelece um sentido para as rotas atlânticas à margem da administração oficial, mais compatível, aliás, com a grandeza e extensão do império marítimo lusitano –, é preciso ter em conta que a importância dessa hipótese, em termos literários, é mais reduzida, desde que o estilo da comunicação oficial é denso o suficiente para apagar rastros singulares. Em termos literários, a retórica, a poética, a historiografia, a filosofia moral encarnam-se de igualar escritos de autores goeses, baianos, angolanos, lusitanos. Igualmente também, em termos morfológicos, mesmo que com menor intensidade, telas e bordados, estampas, colunas, altares e tetos. Mas, talvez, reconhecer isso, justamente, não seja de menor importância.

Aqui, restrinjo-me a assinalar certas vinculações que podem justificar coincidências estilísticas detectáveis entre obras de arte brasílicas e orientais devidas ou ao transplante comercial, ou à imitação, por parte de artistas atuantes no Brasil, de formas e motivos orientais, demonstrando, neste último caso, a incorporação efetiva, seja em “artes menores”, seja nas maiores, de procedimentos oriundos do Oriente. Um ou outro autor tem mencionado isso:

“É incalculável, mas foi certamente muito grande, a influência indiana e chinesa transmitida pelas viagens asiáticas dos portugueses; chegou a refletir-se no estilo das habitações dos séculos XVI e XVII em Portugal e

no Brasil, e em construções como a Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará” (18).

Porém, já não é possível manter na vagueza de uma “influência indiana e chinesa” ou de um “gosto indo-persa” (19) semelhanças que se devem a precisas relações históricas. Todavia, do mesmo modo como na historiografia, os estudos de aspectos morfológicos de obras de arte não ultrapassam o nível da sugestão, sendo quase inexistentes textos que se direcionem especificamente a esse fim (20).

Por razões várias, algumas já mencionadas, a maior parte das observações seguintes tem a cidade do Salvador e seu Recôncavo como referências. Contudo, a documentação aponta para contatos pelos portos de Pernambuco e Rio de Janeiro, também escalas para os navios da carreira; e por Minas Gerais, onde é visível a presença de “chineses” em tantas igrejas – correspondendo ao período setecentista em que o ouro das minas serviu de moeda de troca para as mercadorias orientais.

A releitura de obras historiográficas por esse viés é indispensável para perceber a circulação entre o Brasil e o Oriente, tanto de artistas como de matérias-primas e manufaturas. De fato, desde os primeiros relatos – a começar com Cabral, o segundo capitão português a atingir a Índia por mar, em 1501 – a vinculação do Brasil com a carreira das Índias é patente, seja pela constatação, por parte dos europeus, da semelhança do clima e da possível adaptação das plantas orientais e seus habitantes ao solo brasílico, seja, em termos governativos e eclesiásticos, pela generalização de que as situações do Oriente são semelhantes às daqui –, o que produz um transporte constante das Índias Orientais para o Ocidente (e vice-versa) tanto de espécies vegetais como de animais, governadores e missionários (21), para não falar de soldados e oficiais que, por razões óbvias, não tiveram seus nomes registrados nos anais da província. Passado o momento inicial de exploração, desde a vinda do primeiro governador-geral Tomé de Sousa, Portugal entendeu ser possível produzir no Brasil

17 J. R. A. Lapa, *O Antigo Sistema Colonial*, op. cit., p. 78.

18 O. M. Carpeaux, “Ex Oriente Lux”, in K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, Rio de Janeiro, Saga, 1965, p. 14.

19 Em seu, a outros títulos tão perspicaz, artigo sobre a “Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”, Lúcio Costa descarta uma pervivência oriental nas artes do Brasil colônia, aceitando-a tão-somente enquanto “gosto indo-persa e de bonito efeito”, no forro da sacristia da igreja do Seminário de Belém da Cachoeira [Cf. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5, Rio de Janeiro, 1941, p. 76].

20 Os únicos escritos acerca da permanência de recortes orientais em obras brasílicas são, do meu conhecimento, o de Godofredo Filho, “Influências Orientais na Pintura Jesuítica da Bahia” (*Universitas. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 2, jan.-abr./1969), e o de Carlos Ott, *A Catedral da Cidade do Salvador* (Bahia, s/n, 1987).

21 Cf. a carta de Vieira a Diogo Temudo, em 1689, in *Cartas*, op. cit., p. 597: “Só a Fé estará segura, com um prelado tão santo como Deus nos deu, e com missionários que ele mandou vir da Índia, [...] que também é circunstância notável, quando da Ásia para a América se transplanta a canela e a pimenta”.

aquelas drogas e especiarias que, com tanta dificuldade, a Coroa adquiria no Oriente por meio de um comércio dificultoso, sujeito a ataques e pirataria frequentes. Está nesse caso a palmeira do coco, o coqueiro, considerada pelo ilustre polígrafo seiscentista Faria e Sousa a maior das maravilhas asiáticas

“porque dela sòmente se constroem todas as casas marítimas e terrestres dos homenes; dela apenas se carregam umas e se enchem outras de tudo o necessário à vida humana, e, por fim, dela apenas pode vestir-se e sustentar-se a gente. [...] Não é muito se depois os índios procuram tanto criar um bosque de palmeiras e lhes dói muito o destruir-lhos a discórdia militar” (22).

Acerca dela, já nos anos de 1580, Fernão Cardim testemunhava: “Neste Brasil ha muitos coqueiros, que dão coquos excellentes como os da Índia” (23). O mesmo se passa com tantas outras drogas e especiarias. Em 1677, ao nomear D. Pedro de Almeida vice-rei da Índia, o rei D. Pedro II ordena-lhe que em todas as monções envie para o Brasil estacas e sementes das mais ricas árvores, especialmente canela, cravo, pimenta, noz-moscada e gengibre (24). Para que se aclimatem, recomenda que venham acompanhadas por indianos que as saibam cultivar. E assim o afirma Vieira, em julho de 1690: “Também tivemos novas da Índia pela nossa nau, em que vieram dois canarins [indianos cristianizados], que ficam no Tanque para beneficiar a canela e pimenta” (25).

Do mesmo Vieira é outra referência que esclarece a importância do transplante de árvores de especiarias originárias da Ásia:

“O segundo negócio que pratiquei a S.M. [D. João IV] foi que mandasse passar as drogas da Índia ao Brasil, referindo como nele nasciam e se davam igualmente [...]. Consistia a utilidade deste meio em que, tendo nós no Brasil as ditas drogas, e sendo a condução delas tanto mais breve e mais fácil, as podíamos dar muito mais baratas que os Holandeses, com que os ficávamos destruindo na Índia. [...] S.M. encarre-

cidamente encarregou a planta das ditas drogas, e elas, encomendadas com o mesmo aperto aos vice-reis e governadores da Índia, se vêm trazendo em todas as naus, plantadas e regadas, com que já hoje há no Brasil grande número de árvores de canela, como também algumas de pimenta” (26).

Note-se que nesse trecho Vieira alude tanto à antiguidade do envio de mudas, como à periodicidade e constância de tal procedimento, com o qual se pensava enfraquecer a importância do comércio indiano em prol do brasileiro. Aquelas árvores de pimenta e de canela cultivadas por trabalhadores orientais na Quinta do Tanque são um exemplo. Talvez porque os holandeses do Seiscentos não diferenciavam como nós ambas as Índias; talvez por estarem as drogas e especiarias asiáticas já tão difundidas no Brasil, ou, inversamente, porque muitas das espécies frutíferas brasileiras espalhavam-se na Ásia portuguesa, num livro holandês de 1610 encontramos como pertencendo às Índias *Orientais* manga, gengibre, jaca e jambo, ananás e caju (Figura 1). Ora, se da Índia se transplantaram para o Brasil o coqueiro, a mangueira e a fruta-pão, entre outros, sabe-se que o cajueiro e o abacaxi são originários da América e daqui levados com sucesso às partes orientais (27). Mas para a crítica da arte seria interessante levar em consideração esses pareceres de época, quando menos para não sentenciar que a presença de cajus num retábulo quinhentista indica sem dúvida ter sido realizado no Brasil (Figura 2) (28).

Em termos de pessoal, também, é surpreendente a circulação entre ambas as Índias, a ponto de se dizer que os governantes da Índia são punidos pela Coroa pois, em vez de se dirigirem ao Reino depois de terminados seus cargos, são transferidos para o Brasil:

“Não sey por que principio, ou que rezão pode haver entre as Conquistas destas duas Indias Orientaes e Occidentaes, que o premio que se deo aos Conquistadores de humas foy o trabalho de conquistar as outras. [...] Não deixa de ser motivo para o

22 M. de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, Porto, Livraria Civilização, 1946, v. 4, pp. 392-4.

23 “Do Clima e Terra do Brasil”, in *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980, p. 37.

24 Cf. P. S. S. Pissurlencar, “A Presença do Brasil no Arquivo Histórico de Goa”, in *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, v. II, Lisboa, 1960, p. 353.

25 A. Vieira, *Cartas*, op. cit., p. 608.

26 *Idem*, *ibidem*, p. 576.

27 Cf. J. A. I. Gracias, “Algumas Raízes do Brasil na Índia Portuguesa”, in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, v. II, Coimbra, 1965, p. 343.

28 Cf. L. Costa, “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”, op. cit., p. 67.

reparo, que excepto hum, ou outro, dos que vieram ao Brazil fundar capitánias, depois que o merecerão por serviços da Índia, quasi todos, vindo de lá tão abastados de bens, e haveres, acabarão nas conquistas de cá objectos da pobreza, e espectáculos da fortuna” (29).

Estão nesse caso, Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, que serviu na Índia sob as ordens de Afonso de Albuquerque e cuja mortalha foi-lhe dada por esmola; Francisco Pereira Coutinho (que na Índia lutou junto com Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida e o mesmo Albuquerque), donatário da capitania da Bahia, comido por tupinambás; Duarte Coelho, primeiro europeu a entrar na Cochinchina, donatário de Pernambuco; os escritores João de Barros e Fernão Álvares do Oriente, este natural de Goa; Aires da Cunha, Tomé de Sousa e tantos outros; isso, no Quinhentos. No Seiscentos, lembro de António Telles de Meneses, governador-geral da Índia em 1639-40 e, em 1647-50, governador-geral do Brasil; António Pais de Sande, um dos correspondentes de Vieira, secretário do Estado da Índia em 1666 e, depois, governador do Rio de Janeiro. Quanto aos missionários, por suposto, peregrinam pelos mais diversos rincões do império, independentemente da nação de partida. Alguns terão importância destacada para as artes no Brasil, como o padre Charles Belville, pintor e arquiteto que, tendo vivido dez anos na China, naufraga na Bahia em 1708 e aí permanece até 1730; possivelmente executou trabalhos na Catedral de Salvador, na Igreja de Belém da Cachoeira e no noviciado de São Joaquim.

Em suma, é fato conhecido que “no século XVII, altos funcionários e missionários, soldados e capitães iam do Brasil para a Índia e vice-versa” (30). O levantamento de seus nomes e atividades é um trabalho por se fazer – e que ajudaria a explicar, por exemplo, que em 1822 a Independência do Brasil desse ensejo à constituição de uma “Confederação Brasílica”, englobando Brasil, Angola e Moçambi-



que... (31).

Quanto aos objetos de proveniência asiática no Brasil durante os séculos XVI a XVIII, seria moroso e incompleto arrolar seus inúmeros testemunhos, entre os quais



Huygen van Linschoten, Histoire de la Navigation... es Indes Orientales, Amsterdã, 1610 (1ª edição holandesa, 1595)

Retábulo da antiga Catedral de Salvador, destruída nos anos de 1930

29 Fr. A. de Santa Maria Joboatão, *Orbe Serafico Novo Brasilico*, Parte I, Lisboa, 1761, pp. 81-2.

30 J. A. I. Gracias, "Algumas Raízes do Brasil na Índia Portuguesa", op. cit., p. 343.

31 Idem, ibidem, pp. 345-57.

Figura 3



Marfins depositados no Museu de Arte Sacra da UFBA

Estatueta de Bom Jesus do Monte, do Museu de Arte Sacra da UFBA

panos, leques, gavetas-escritórios, caixas, biombos e contadores. A mescla de materiais de que são feitos, em tantos casos, é um dos elementos a comprovar o circuito entre o Oriente, a África e o Brasil, havendo peças a reunir o marfim (africano ou asiático) e o jacarandá, ou o cedro, ou a

Figura 4



prata, ou o casco de tartaruga. Por exemplo, os arcazes da sacristia da catedral de Salvador (ca. 1683), marchetados de jacarandá com incrustações de lâminas de casco de tartaruga e marfim, e as incontáveis estatuetas indo-portuguesas, cujo vestuário é em madeira e, em marfim, as mãos e cabeça (Figura 3). Referências a esses objetos indo-, sino-, ou nipo-portugueses também são numerosas. Só na Bahia e no século XVI, há menções a eles em folhas de pagamento da construção da cidade do Salvador, em 1549-50 (“pano da Índia para toalhas para o altar” (32)); na relação de Fernão Cardim acerca de Porto Seguro (“eis que desce de um alto monte uma índia vestida como ellas costumam, com uma porcelana da Índia, cheia de queijadinhos d’assucar” (33)) e de Salvador (“fomos servidos [...] com todo bom serviço de porcelanas da Índia” (34)). Etc.

Isso não pode surpreender quando temos em mente que a Bahia era porto de escala privilegiado das rotas asiáticas e que seu estaleiro estava voltado para a manutenção dessa carreira. Tal é – e não só a importação de Lisboa – a razão de tantos museus guardarem louças da Companhia das Índias, ou “louça da China”, porcelana chinesa de encomenda para exportação, e de a cúpula da Igreja de Belém em Cachoeira, de 1686, ser toda embrechada com rutilante louça de Macau (35). Quanto aos tecidos de algodão – considerados pelos historiadores o principal artigo de exportação da Índia para o Brasil até o século XIX – é compreensível que a fragilidade do material dificulte avaliar o grau de sua utilização na indumentária e na decoração. Mas em listas de carga mencionam-se amplamente caixas de “cassa fina”, “chita”, “goderim” e mais tecidos, manufaturados ou em bruto (36).

Em todo caso, as coleções de marfim talvez sejam as que mais elementos forneçam para a apreciação do contato entre ambas as Índias. Quase todos os museus da Bahia dedicam uma seção aos “marfins goaneses”, que aportam em quantidade nos séculos XVII e XVIII – com ou sem policromia, mesclados ou não com detalhes em madeira, com ou sem realce de pormenores

32 Apud W. P., “Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos Tempos Coloniais. Notas para uma Nomenclatura Baseada em Documentos Coevos”, in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 4, Rio de Janeiro, 1940, p. 257.

33 “Informação da Missão do P. Christovão Gouvêa às Partes do Brasil – Anno de 83”, in *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, op. cit., p. 148.

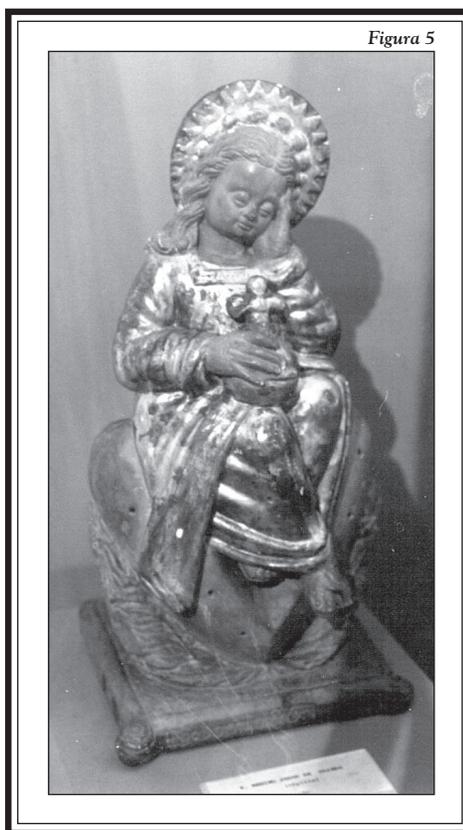
34 Idem, *ibidem*, p. 150.

35 Cf. Godofredo Filho, “Seminário de Belém da Cachoeira”, in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, Rio de Janeiro, 1937, p. 105.

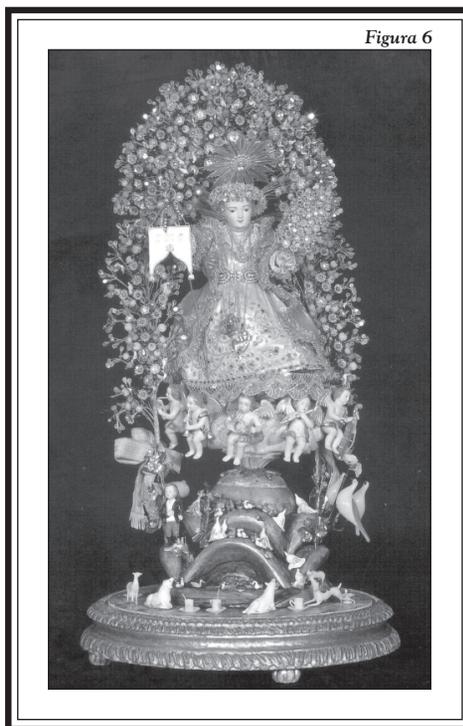
36 Cf. J. R. A. Lapa, *A Bahia e a Carreira da Índia*, op. cit., p. 287.

em dourado. “Copiadas de modelos europeus, mas de inspiração e espírito decorativo essencialmente indianos, estas imagens de pequeno vulto se destinavam sobretudo às capelas e oratórios particulares, atendendo ao culto familiar” (37). Os Cristos Crucificados e as várias invocações de Nossa Senhora, pela sua abundância e diversidade, constituem os principais grupos dessa imaginária luso-oriental, embora também se representem os santos Antônio, Francisco de Assis, José, João Batista, João Evangelista, Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Madalena e Ana.

A figura mais interessante é a do Menino Jesus como Bom Pastor. Com poucas variações, o menino apresenta-se semi-adormecido, com uma ovelha ao colo (às vezes também com uma ao ombro), vestido com um pelego, de pernas cruzadas, no alto de uma peanha (Figura 4). Parece-me das mais interessantes invocações de uma arte “indo-brasílica” por duas razões. Primeiro, porque sua difusão no Brasil foi intensa, desde o século XVII até o XIX, havendo imitações feitas quer por artífices conhecidos, como fr. Agostinho da Piedade (Figura 5), quer por anônimos em presépios e oratórios domésticos (Figura 6). Tal imitação dá-se em termos da semântica das imagens – de que os Meninos Jesus de Olinda e de Recife são exemplo, com o mesmo gestual da mão, sustentando a cabeça inclinada, o mesmo sorriso meditativo e a peanha em forma de coração sobre a qual se assentam –, mas também da sintaxe das formas, que se repetem de modo autônomo à invocação representada: imagino, especificamente, a Maria Madalena do Museu de Arte Sacra, cujo gesto doce e fisionomia infantil, sorridente, tanto se assemelham aos dos meninos pastores (Figura 7). Em segundo lugar, a representação do Bom Pastor ou Bom Jesus do Monte parece-me interessante por operar um sincretismo como aquele ocorrido com os orixás africanos e as divindades indígenas brasílicas, estando a imagem do Menino Pastor superposta a uma das representações do Buda. É, mais do que compreensível, previsível que a política de *acommodatio*



da Companhia de Jesus tenha incentivado a realização, por parte de artífices indiatícos, de imaginária cristã na qual persistem formas orientais. A figura do Bom Pastor (de



Cópia em barro dourado do Menino Jesus de Olinda, atribuído a fr. Agostinho da Piedade

Menino Jesus (séc. XIX), Museu de Arte Sacra da UFBA

37 Cf. Museu de Arte da Bahia, Catálogo da exposição *Vieira e a Bahia do seu Tempo*, op. cit., p. 17.

**Santa Maria
Madalena
(séc. XVII)
Museu de Arte
Sacra da UFBA**

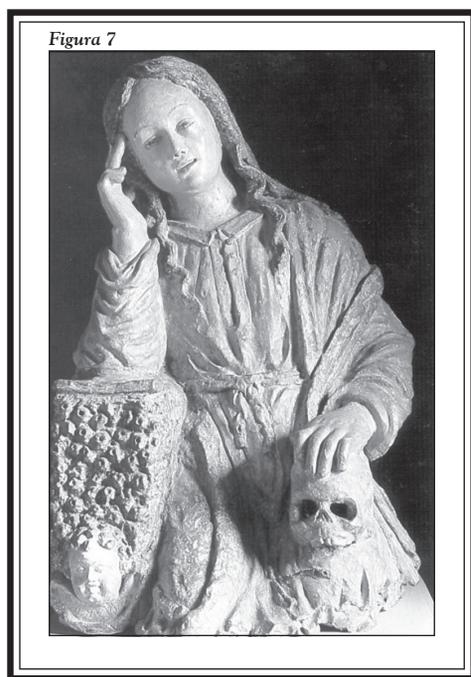


Figura 7

38 Serafim Leite, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*, Lisboa, Brotéria, 1953, p. 130.

39 Cf. F. M. Leal, *Catedral Basílica de São Salvador da Bahia – 1657*, 2ª ed., Salvador, Ipaac, 2002; e C. Ott, *A Catedral da Cidade do Salvador*, op. cit., pp. 45-54.

40 Cf. Cohiba – Comissão Histórica da Província Jesuítica da Bahia, *Notícias Biográficas de vinte de um Jesuítas Retratos no Forro da Sacristia da Catedral de Salvador*, s/p.

acentuado matiz messiânico) parece tertido grande voga nessa arte indo-cristã, apontando para a assimilação dos mundos recém-descobertos ao Paraíso Terreal: a convivência pacífica entre os diversos animais no monte aparecendo como um dos atributos da era de paz depois do segundo advento, ao passo que a representação do pastor como menino estabelece o

**Cópia em
tamanho natural
de imagem indo-
portuguesa do
Cristo da
Flagelação, na
sacristia da
Igreja da Ordem
Terceira do
Carmo de
Cachoeira**

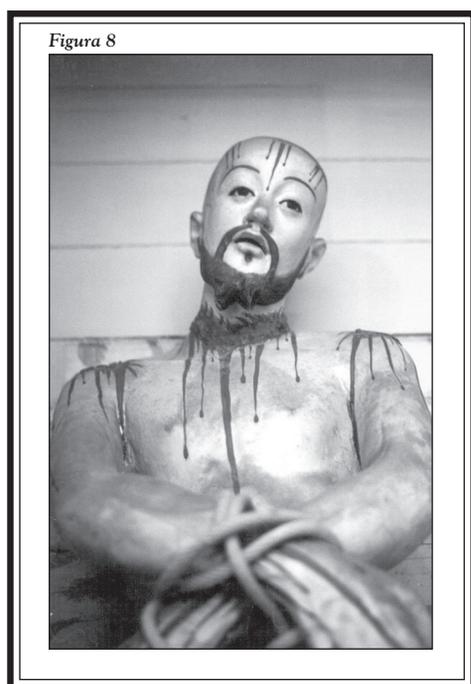


Figura 8

sentido de renovação da humanidade.

O estudo em detalhe das formas e cores dirá se aquele “gosto” e “influência” orientais advêm de uma real incorporação de motivos e soluções do Oriente à arquitetura, ornatos e imaginária do Brasil, ou se apenas se mantiveram justapostos à arte lusíada aqui realizada. Se se levar em melhor conta os testemunhos deixados no Recôncavo baiano, bem como na Catedral Basílica de Salvador, não se hesitará em afirmar a primeira hipótese. No caso da sacristia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Cachoeira, construída entre 1702 e 1778, encontramos, em um armário com sete portas, o mesmo número de esculturas de Cristo em madeira, em tamanho natural, representando passos da Paixão. Ao que parece, o armário foi fabricado para o próprio local e está pintado internamente com flores de desenho oriental. Quanto aos Cristos, de olhos amendoados e feições hindus, são exemplares raros aqui da arte cristã do Oriente (Figura 8). Curiosamente, segundo as informações disponíveis, apenas algumas delas provieram da Índia portuguesa, sendo as demais cópias. Uma pesquisa nos arquivos poderia confirmar essas informações e ainda indicar a procedência do belo armário com motivos chineses que se encontra na Sala do Consistório da mesma Igreja.

Nos limites de Cachoeira encontra-se a já mencionada Igreja do Seminário de Belém, cujo teto da sacristia, “arte florida de caráter chinês” (38), acusa a comunicação com Macau e China. De fato, a aparência asiática dessa sacristia, concluída em 1725, revela-se nos tauriados de tartaruga e nos frontões de altar de pedraria marchetada, cujas flores, folhas e pássaros impressionam pela nitidez dos desenhos e força do colorido (Figura 9). Tem-se cogitado ser a decoração dessa Igreja do já referido jesuíta Charles Belville, ou ao menos ter havido aí intervenção sua – o que não pode ser aceito senão com muita reserva, visto faltarem pesquisas de arquivo, estudos dos motivos vegetais, da composição das tintas, da perspectiva, etc., que capacitem os críticos a cogitar acerca do

artifício – e dos artífices – dessa igreja.

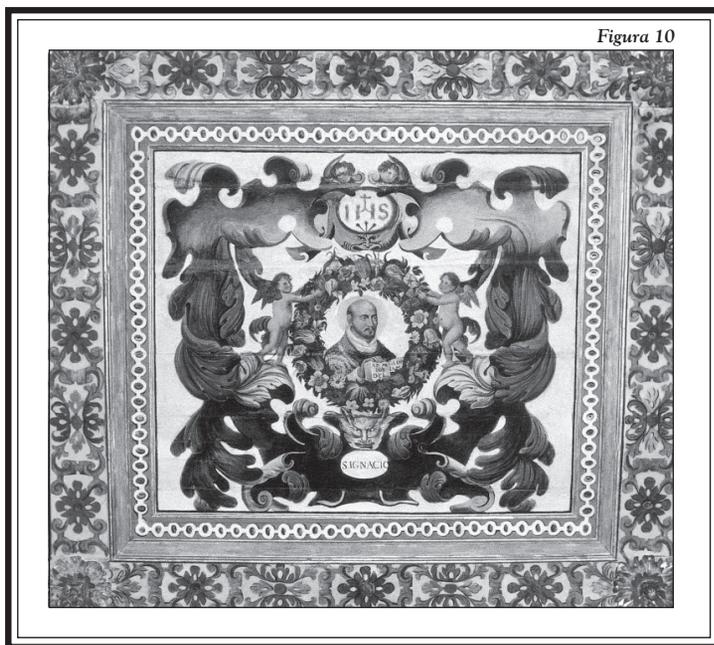
Quanto à Catedral de Salvador, tem-se por provável que nela trabalharam o arquiteto Francisco Dias (o mesmo da Igreja de São Roque em Lisboa), na planta do edifício; o irmão Domingos Rodrigues, protegido do provincial Alexandre Gusmão (edificador da Igreja e do Seminário de Belém), na pintura dos painéis bíblicos da sacristia; o pintor Lourenço Veloso, nascido em Goa e atuante na Bahia entre 1699 e 1708, nos 18 quadros da capela-mor; e o mesmo Charles Belville, na pintura da parte inferior do coro e no forro da capela-mor, bem como nas molduras dos retratos de santos e beatos jesuítas do forro da sacristia, executado entre 1673 e 1683 (39). Esse forro, de madeira pintada a têmpera, é composto por 21 caixotões situados em três fileiras longitudinais, de sete painéis cada, separados uns dos outros por um friso em que predominam o ouro, o azul e o vermelho. Os quadros contêm flora e fauna variadas: aves, leões, macacos, veados, ananases, *grutescos* e, no centro de cada um, o retrato de um membro da Companhia com seu nome (Figura 10). O conjunto obedece a um programa claro de edificação: o centro do forro é ocupado pelo painel de Santo Inácio e todas as vinte outras figuras estão voltadas para ele. Na extremidade norte, figuram-se três mártires das Índias Ocidentais, mortos por ameríndios no Brasil; na extremidade sul, três santos jesuítas, mártires das Índias Orientais, crucificados no Japão em 1597. Outras oito figuras pertencem a mártires que faleceram de morte violenta no apostolado, e os sete restantes são de confessores – os quais ocupam a parte central do teto, formando como que uma pirâmide, em cujo ápice está o painel de São Francisco Xavier, apóstolo das Índias Orientais, padroeiro da cidade do Salvador, patrono de todas as Missões (40). Em 1694 esse forro estava concluído, não podendo ter sido pintado por Belville, que aportou na Bahia em 1708, como ficou dito.

Certamente, menos importante do que identificar o artífice é saber reconhecer nesses desenhos e cores o tratamento e a interpretação orientais dados aos motivos lusitanos. E, na especificidade desses procedimentos, deixar de procurar uma unidade e uma



Detalhe do frontal de altar da sacristia da Igreja do Seminário de Belém

realização plástica de estreita ocidentalidade em obras cujos pressupostos de harmonia são distintos daqueles preconizados por uma história linear, progressiva e cumulativa. Só assim será possível ver, nessas “flores que não emurhecem” e em seu colorido quente e dourado, não a bruteza, nem a insipiência, mas a variedade de uma natureza antiga, recém-descoberta, além-mares.



Caixotão central do teto da sacristia da Catedral de Salvador, com o retrato de Santo Inácio de Loyola